

EUROPA



Editorial

Edite Estrela*

VIOLÊNCIA

A igualdade entre mulheres e homens esteve em debate no Parlamento Europeu. Reconheceram-se avanços, denunciaram-se bloqueios e apontaram-se soluções. Sublinhou-se a dificuldade de conciliação da vida familiar com a vida profissional e das formas e números da violência doméstica.

A igualdade de género é um tema transversal que a todos deve interessar. Ao contrário do que alguns pensam, as políticas que promovam a igualdade de género beneficiam toda a sociedade. Favorecem o equilíbrio familiar, melhoram a organização laboral e trazem bem-estar social.

Se as mulheres tivessem mais poder económico, é provável que a violência doméstica fosse menor. Se houvesse mais mulheres nas instâncias de decisão, os horários das creches e das escolas não seriam desfasados dos horários de trabalho dos pais e estes seriam ajustados às necessidades biológicas e às responsabilidades familiares. Começar mais cedo, reduzir a pausa de almoço e sair a horas decentes não representa menos produtividade. Pelo contrário, como confirma o exemplo dos países nórdicos. E os ganhos sociais seriam elevados: menos insucesso escolar, menos doenças do foro psicológico, menos consumo de droga, menos violência juvenil.

É o aumento da violência juvenil que me preocupa. As imagens do que aconteceu em França chocaram o mundo. Em Espanha, há relatos de jovens cujo divertimento é agredir (chegando a matar) pessoas indefesas e gravar esses actos de crueldade com as câmaras dos seus telemóveis para depois mostrarem na escola aos amigos! Porquê? Os especialistas apontam as causas: a ausência dos pais, a ociosidade, a cultura da permissividade. Pode-se acrescentar a falta de políticas de imigração e inserção social e os exemplos de violência (em casa, na televisão, na Internet, nos jogos...). É preciso agir antes que seja tarde de mais.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

REJEITADO ACORDO DE DEZEMBRO

PARLAMENTO EUROPEU QUER MAIS VERBAS NAS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

O Parlamento Europeu rejeitou por esmagadora maioria o acordo alcançado no Conselho Europeu de Dezembro sobre as perspectivas financeiras para o período 2007-2013. Na Resolução aprovada com 541 votos, contra 56 e 76 abstenções, os deputados consideram que o acordo não garante um orçamento que promova a prosperidade, competitividade, solidariedade, coesão e segurança no futuro". Segue-se agora um período de negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho, com vista à aprovação definitiva das perspectivas financeiras para o período que se inicia em 2007.

Tanto o Parlamento Europeu como a Comissão Europeia defenderam em anteriores documentos verbas muito superiores àquelas que acabaram por ser aprovadas pelo Conselho de Dezembro, no qual os líderes europeus chegaram a um acordo global de 862,4 mil milhões de euros, o equivalente a 1,045 por cento do PIB do conjunto dos Estados-membros. O Parlamento Europeu defendeu, por exemplo, um montante da ordem de 947,8 mil milhões de euros, o equivalente a 1,18 por cento do PIB da total, para que a União Europeia pudesse desempenhar cabalmente as suas funções e implementar as suas políticas, designadamente as relacionadas com a Estratégia de Lisboa.

No ponto 2 da Resolução aprovada, o Parlamento considera que as conclusões do Conselho Europeu "se concentram em políticas tradicionais, as quais são geridas pelos Estados-membros, em vez de destacarem políticas que permitam à União Europeia fazer face a novos desafios e desenvolver a mais-valia europeia para os cidadãos". Neste contexto, "lamenta a inaceitável redução nas dotações destinadas à competitividade, crescimento e emprego, apesar da ênfase dada por todas as instituições da União à Estratégia de Lisboa, bem como os cortes nas dotações destinadas à cidadania, à liberdade, à segurança e justiça e às acções externas". O mesmo ponto critica ainda o facto de os Estados-membros lutarem por preservar os seus interesses nacionais em vez de promoverem a dimensão europeia e de se mostrarem incapazes de resolver a questão essencial da reforma do sistema de recursos próprios.

A concluir a Resolução, o Parlamento Europeu manifesta-se disposto "a encetar negociações construtivas com o Conselho com base nas suas



O Parlamento Europeu quer mais verbas para as missões da Estratégia de Lisboa

posições respectivas, desde que seja confiado à presidência austríaca um verdadeiro mandato de negociação".

No final da discussão, o chanceler austríaco, Wolfgang Shuessel, actual presidente em exercício do Conselho, admitiu a possibilidade de um aumento no montante global acordado em Dezembro. "Há uma margem de manobra entre 1 e 4 mil milhões de euros, mas isso é algo que teremos de discutir", disse no plenário de Estrasburgo. Para a presidente da Delegação Socialista Portuguesa, Edite Estrela, o acordo a que o Conselho chegou em Dezembro foi muito positivo para a imagem da União e, no que respeita a Portugal, tratou-se "de um excelente resultado". No entanto, a deputada procurou desdramatizar a actual situação, referindo que, "tendo em conta que a proposta apresentada pelo Parlamento Europeu diverge da que foi aprovada pelo Conselho, é natural que haja um processo de negociação para se chegar a um consenso. É normal. Acontece em relação a diversas matérias em que o Conselho e o Parlamento têm idênticos poderes", disse

ÁUSTRIA QUER SUPERAR CRISE INSTITUCIONAL

Dar uma nova dinâmica à Europa, enfrentar a crise criada pela rejeição do Tratado Constitucional em França e na Holanda e impulsionar a "Estratégia de Lisboa" para a criação de empregos, são algumas das prioridades anunciadas pela presidência rotativa da União Europeia, agora a cargo da Áustria.

Aliviada por o Conselho Europeu presidido pelo Reino Unido ter chegado a acordo no orçamento da União para o período 2007-2013, a ministra dos Negócios Estrangeiros austríaca, Ursula Plassnik, disse ser agora possível a União Europeia concentrar-se em questões realmente importantes, como a criação de emprego, a liberdade e a segurança, a protecção do ambiente e o reforço do papel da União no mundo. Mas entre as suas prioridades está o relançamento do debate sobre o futuro da Europa e, concretamente, sobre o Tratado Constitucional, um assunto que ficou congelado depois dos dois referendos negativos em França e na Holanda.

Entretanto, em Viena, o novo presidente em exercício da União Europeia, o chanceler austríaco Wolfgang Shuessel, considerou que "a Constituição não está morta, mas não está em vigor. Recuperá-la é complicado e difícil, mas é possível". O chanceler anunciou que irá lançar "um verdadeiro

debate sobre o futuro da Europa" e que os esforços irão centrar-se nos dois países que a rejeitaram.

Durante a sua presidência, a Áustria pretende dar um impulso à "Estratégia de Lisboa", a qual deverá rejuvenescer a economia europeia até 2010 e desenvolver "um modelo social europeu específico".

A livre circulação de trabalhadores, as alterações climáticas, a avaliação das condições da adesão da Roménia e da Bulgária, previstas para 2007, são outras das questões prioritárias no semestre austríaco da presidência.

A questão da adesão da Turquia tem estado presente neste início de presidência da Áustria, país que colocou fortes resistências ao início das negociações, em Outubro de 2005.

"A porta continua aberta, em conformidade com as decisões passadas, mas é necessário uma especial atenção à capacidade da União para absorver mais aquele país", disse, acrescentando que a Europa "não deve ser sobrecarregada".

Durante este semestre estão previstas mais de 2.000 reuniões e cimeiras. A Áustria sucede ao Reino Unido e antecede a Finlândia. Portugal terá a presidência da União Europeia no segundo semestre de 2007.

A Europa vista de Portugal

A água como Direito Humano

A gestão integrada dos recursos hídricos como condição indispensável ao desenvolvimento sustentado tem vindo a impor-se na Europa e em todo o Mundo, mas ganha um especial significado quando reconhecemos o direito à água como parte integrante da dimensão ambiental dos direitos do homem.

Perante um direito do homem - ainda não assegurado, em todo o Mundo, a 1,2 biliões de seres humanos - , o

4º Fórum Mundial da Água, a realizar no México em Março, lança o tema "Acções locais para um desafio mundial".

Trata-se, efectivamente, dum enorme desafio, que só poderá ser vencido com a concretização dos compromissos assumidos, designadamente, pelos países europeus, no que respeita à realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. É um desafio que obriga ao esforço continuado de cada Estado no desenvolvimento de condições de acesso de toda a sua população à água potável e no tratamento de águas residuais

Portugal só com o regime democrático - iniciado há 32 anos - teve condições políticas e financeiras para desenvolver sistemas de tratamento e distribuição de água potável e de saneamento básico, visando a totalidade do território nacional.

Duma situação de país subdesenvolvido, passámos a uma situação já aceitável em termos europeus: hoje, a taxa de cobertura é de 93% na distribuição de água e de 74% no saneamento básico.

Depois de ter sido condenado por não ter feito a transposição da directiva europeia da água até Dezembro de 2003, Portugal tem agora uma Lei da Água - aprovada pelo Parlamento no passado mês de Dezembro - e, em meados deste mês, também os anexos técnicos da directiva comunitária foram aprovados pelo Conselho de Ministros. Resolvido o enquadramento legal, Portugal tem pela frente o desafio de concretizar os princípios estabelecidos na Lei, tendo em consideração:

- A gestão por bacia hidrográfica
- A criação do modelo institucional (baseado nas 5 regiões plano)
- O tratamento de afluentes especialmente contaminadores
- A sustentabilidade do sistema

Trata-se dum longo trabalho, balizado pelo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais, a desenvolver ao longo dos próximos anos.

Portugal tem vindo a sofrer anos de seca que fazem temer a possibilidade de a zona de influência do clima mediterrânico se estar a estender para norte, diminuindo os benefícios da pluviosidade associada ao clima atlântico.

Perante esta situação, tão importante como universalizar o acesso à água é promover o uso eficiente dos recursos hídricos. A racionalização das práticas agrícolas (que consomem 78% dos recursos) é lenta e difícil. O combate às perdas nos sistemas de distribuição (30 a 40%) e a reutilização de águas residuais (quando salvaguardadas as questões sanitárias) são áreas de trabalho que começam a desbravar-se.

Além do esforço das instituições e das empresas envolvidas, é essencial que os beneficiados com este bem, essencial à vida e ao desenvolvimento, que é a água potável, tomem consciência que ela é um **bem finito, caro e frágil**.

Quando se fala em responsabilidade partilhada, é essencial que todos nós e cada um de nós assumam os deveres inerentes à salvaguarda do **direito** à água.



Manuela de Melo*

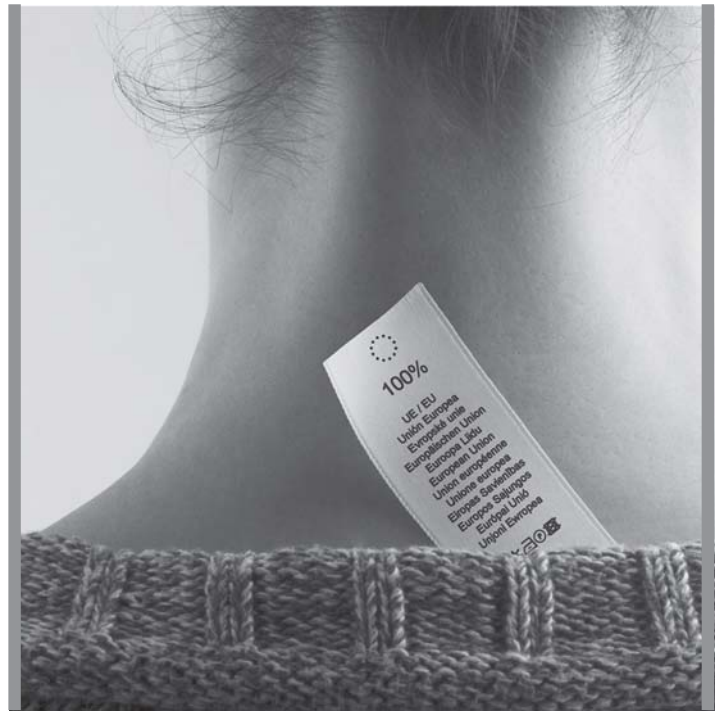
COMISSÃO VAI RELANÇAR COMPETITIVIDADE DO SECTOR TÊXTIL

A Comissão Europeia vai adoptar uma atitude "ofensiva" para acelerar a reconversão e o relançamento da competitividade das regiões têxteis europeias, afirmou o Comissário Peter Mendelson, responsável pelo Comércio Internacional, em resposta a uma pergunta escrita dos deputados da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu. Num pedido de esclarecimento com um tom muito crítico em relação à actuação da Comissão Europeia na gestão daquilo a que chamam a "invasão têxtil" que se verificou na Europa a partir de 2005, os deputados quiseram saber de que forma a Comissão está a garantir o respeito pelas regras de concorrência e de defesa dos interesses europeus do sector.

Como exemplo da intenção da Comissão em inverter a atitude defensiva em que tem estado, o comissário refere que "estão em curso propostas sobre a indicação de origem ou em matéria de acesso aos mercados terceiros", conforme ficou acordado na última cimeira da OMC realizada em Hong Kong.

A Comissão afirma também que quando estabelece acordos comerciais, propõe sistematicamente a introdução "de cláusulas de desenvolvimento sustentável em sentido lato", designadamente social e ambiental, o mesmo acontecendo quando se trata da negociação de regimes autónomos. "Por exemplo, o regime preferencial mais importante, o Sistema de Preferências Generalizado, recentemente renovado, comporta uma cláusula de desenvolvimento sustentável que condiciona a concessão da taxa preferencial mais vantajosa à introdução e ao respeito das convenções da Organização Internacional do Trabalho e das principais convenções internacionais em matéria de democracia e de ambiente", lê-se na resposta da Comissão.

Peter Mendelson garantiu também que a Comissão não alterou as suas posições relativamente ao acordo global para o sector que pretende efectuar até 2007 e que as concessões que houve foram "recíprocas por parte da Comunidade e da China e num esforço partilhado".



Os eurodeputados portugueses querem que a Comissão garanta o respeito pelas regras de concorrência

Por outro lado, os deputados quiseram saber quais foram os critérios de selecção das empresas europeias envolvidas na recente cimeira EU-China. Na resposta constata-se que na organização da Cimeira houve várias associações e câmaras do comércio europeias, mas também um elevado número destes organismos britânicos do mesmo género.

O Comissário contesta que tenha havido "uma invasão têxtil", na sequência da liberalização do comércio, na medida em que as importações comunitárias provenientes do conjunto dos países terceiros só aumentaram 2 por cento. Refere, no entanto, que "as importações provenientes da China representaram uma parte muito maior nessa importações".

Por fim, Peter Mendelson refere também que a liberalização do comércio têxtil já fora anunciada há 10 anos, tendo a partir de então "a maioria das empresas do sector vindo a adaptar as suas estruturas".

CHUMBADA PROPOSTA DE DIRECTIVA SOBRE OS SERVIÇOS PORTUÁRIOS

O Parlamento Europeu rejeitou, pela segunda vez, a proposta de Directiva da Comissão relativa ao acesso ao mercado dos serviços portuários. Entre as posições dos deputados, havia as que defendiam uma legislação com maior transparência e promovesse uma concorrência mais sã nos portos europeus, e as que temiam também que a nova Directiva viesse a provocar um aumento do desemprego no sector e a precarização do trabalho.

Ao intervir em plenário, Emanuel Jardim Fernandes, membro da Comissão dos Transportes, considerou a proposta da Comissão "inaceitável", ainda por cima por nem sequer ter em consideração as recomendações feitas pelo Parlamento Europeu aquando da primeira apreciação da Directiva, em Novembro de 2003.

Para o deputado, a proposta da Comissão "cria incongruências jurídicas face ao quadro normativo internacional e comunitário vigente, não garante compatibilidade com a revisão em curso do Regulamento sobre as obrigações inerentes à noção de serviço público e não tem em conta as características específicas de cada porto, designadamente nas regiões ultraperiféricas, onde o serviço público é vital para a subsistência das populações e onde a liberalização



Jardim Fernandes considerou a proposta da Comissão "inaceitável"

forçada poderia gerar monopólios social e economicamente inaceitáveis".

Jardim Fernandes considera ainda que o relatório do Parlamento Europeu sobre a proposta de Directiva ainda agrava a situação, na medida em que iria provocar "um aumento da desregulação, problemas a nível da segurança e da garantia do serviço público, da eficiência do funcionamento dos serviços portuários e da salvaguarda dos direitos sociais".

O relatório acabou por ser rejeitado com 532 votos e apenas 120 a favor, o que não impediu os protestos e os confrontos violentos dos estivadores europeus em Estrasburgo.

* Deputada. Membro do Conselho da Europa

PORTUGAL ESTÁ A CREDIBILIZAR COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Portugal tem todas as condições para credibilizar e potenciar a sua acção no âmbito da ajuda ao desenvolvimento, dado os enormes conhecimentos que tem sobre África e de, por isso, ser considerado internacionalmente como um interlocutor muito útil, afirmou o secretário de Estado para a Cooperação, João Gomes Cravinho, numa audição pública promovida pela deputada Ana Gomes sobre o "Desenvolvimento e combate à pobreza: o papel de Portugal e da União Europeia".

Ao abrir o debate, no qual participaram também Richard Manning, Director do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE e Fátima Proença, presidente da Plataforma Portuguesa das ONG para o Desenvolvimento, João Gomes Cravinho colocou o ênfase no facto do actual Governo ter alterado completamente a sua estratégia para o desenvolvimento, como consta do documento recentemente aprovado.

"O Governo aprovou um documento em que os objectivos do desenvolvimento do Milénio estão no cerne da política de cooperação Portuguesa", disse João Gomes Cravinho, acrescentando que Portugal está, assim, a actualizar a sua participação em matéria de cooperação, que se fazia mais na base da procura.

Para o Governante, a melhor forma de trabalhar bem a cooperação é encarar-la simultaneamente na sua dimensão bilateral e multilateral, de maneira a potenciar o nosso contributo no âmbito do apoio ao desenvolvimento em África.

Richard Manning considerou o contributo de Portugal na ajuda para o desenvolvimento muito importante, na medida em que está centrado em poucos países, alguns deles entre os mais pobres do mundo. Neste contexto mostrou interesse em discutir o progresso que o país fez e a estratégia que tem para o desenvolvimento. Disse também que a ajuda ao desenvolvimento não pode ser apenas feita de Governo a Governo, sendo fundamental dirigi-la para a sociedade civil, pois uma sem a outra não podem subsistir. Por sua vez, Fátima Proença considerou que se está a viver um momento de ouro na política de cooperação portuguesa e europeia



O Governo colocou os Objectivos do Milénio no cerne da política de cooperação portuguesa

e centrou a sua intervenção na necessidade de ser valorizado o trabalho das ONG e de haver coerência entre as políticas de cooperação e as práticas no terreno, questões cruciais para que a ajuda ao desenvolvimento possa produzir os efeitos desejáveis e ter continuidade no tempo.

Também a deputada Ana Gomes elogiou a acção do Governo e a nova atitude em relação às ONG e ao papel que elas podem desempenhar na ajuda ao desenvolvimento. Apesar de considerar que há ainda muito a melhorar no âmbito da cooperação, disse que Portugal tem assumido compromissos muito quantificados no âmbito dos objectivos do Milénio e da cooperação com África.

Actualmente Portugal está entre os países que dão mais ajuda para o desenvolvimento, 0,63 por cento do PIB, não obstante neste valor estar incluído o perdão da dívida em relação a vários países, o que foi criticado por alguns oradores.

Nos últimos anos, a União Europeia, as Nações Unidas, o G-8 e a OMC viraram-se decididamente para a ajuda ao desenvolvimento, de forma a tentar resolver alguns dos problemas mais dramáticas em termos de pobreza, fome e doenças, que atingem particularmente alguns países africanos.

CRISE DO GÁS REVELOU FRAGILIDADES DA UNIÃO

A recente crise do gás entre a Ucrânia e a Rússia veio colocar na ordem do dia, uma vez mais, a necessidade da União Europeia fazer avançar e reforçar a sua política relativa à gestão energética, afirmou o deputado Manuel dos Santos numa entrevista em Bruxelas.

O deputado considera que, apesar do referido conflito se ter ficado a dever essencialmente a razões políticas, a verdade é que veio pôr a descoberto as fragilidades de uma Europa a 25 em matéria de energia, dada a sua excessiva dependência em relação a produtores tradicionais e a fontes de abastecimento demasiado concentradas e geradoras de instabilidade política.

Neste contexto, considerou ser perfeitamente compreensível que uma das principais preocupações da União Europeia durante o ano que se inicia seja a da liberalização dos mercados energéticos,

a par da harmonização de procedimentos neste domínio, "sem esquecer o estudo das possibilidades de recurso a fontes energéticas novas, como o nuclear."

Para Manuel dos Santos, as crises do petróleo e, agora, o gás, vieram comprovar que a economia europeia só poderá crescer de forma sustentada e regular se antes estiverem resolvidos todos os problemas relativos à diversidade, à eficiência, e à segurança dos fornecimentos".

Por outro lado, sublinhou que a crise entre a Ucrânia e a Rússia demonstrou também a "indispensável necessidade da União Europeia reforçar os seus mecanismos políticos e económicos de controlo de situações de crise pontuais", algo que está directamente relacionado com a urgência na definição de um novo quadro constitucional para o projecto europeu".

Visto de Bruxelas

Flexibilidade e perspectivas financeiras



Paulo Casaca*

Com o acordo obtido pela Presidência Britânica sobre o Quadro Financeiro a vigorar no período entre 2007 e 2013 (vulgo Perspectivas Financeiras) houve quem partisse do princípio que o tema estava definitivamente resolvido.

Com efeito, o acordo vincula os representantes dos Estados-Membros e a Comissão Europeia no sentido em que ela não se opôs a esse acordo, mas não constituiu a última palavra sobre o tema porque ele não vincula o Parlamento Europeu.

Para a generalidade dos cidadãos é por vezes difícil entender as diferenças entre as várias instituições e as responsabilidades de cada uma, tendendo a olhar para elas como uma amálgama abreviada por "Bruxelas".

Acresce que o quadro financeiro de médio/longo prazo a que nos estamos a referir só tem existência legal quando for aceite pelas três instituições, a Comissão, o Parlamento e o Conselho no contexto de um chamado "Acordo Interinstitucional" que – como o nome indica – é um acordo, não propriamente uma lei. Enquanto acordo, trata-se de um arranjo legal que depende do seu respeito pelas várias partes envolvidas e que pode ser quebrado a qualquer momento.

Este sistema foi posto em marcha por Jacques Delors e ele pressupõe que, ou existe um acordo com o P.E. prévio à adopção de um acordo no Conselho – o que aconteceu em 1996 mas não em 2006 – ou então que o Conselho observe a posição do Parlamento Europeu e que se entenda com ele. Penso que o acordo a que chegou o Conselho sob Presidência Britânica é um bom acordo – pesem embora as suas insuficiências – e que não é possível esticar a corda para o alterar significativamente numa boa direcção sem que a corda se parta.

Posto isto, nenhum P.E. pode prescindir do seu direito a marcar posições e a ser convenientemente tido em conta numa matéria que é classicamente aquela em que tem maiores poderes, que é exactamente a matéria orçamental, pelo que estava excluída à partida a hipótese de nos limitarmos a dizer Amen.

A posição tomada pelo PE foi dura e utilizou a expressão de "rejeita a posição do Conselho" seguida de "está disponível para negociar" como forma de indicar de forma categórica que não aceita que as coisas fiquem tal e qual como negociadas apenas a nível do Conselho.

A utilização desta linguagem tem a vantagem de colocar em termos particularmente duros a posição negociada, mas tem também a desvantagem de poder ser lida pela opinião pública como uma posição radical e incompreensível.

Independentemente da semântica, o que me parece importante é que se abram portas para que se possa melhorar o acordo por um lado mas que, por outro, não se entre num caminho negociado perigoso com riscos acrescidos de ruptura.

Diferentemente dos nossos orçamentos, os orçamentos europeus nunca têm défices, e são construídos como sistemas complexos de limites máximos de arrecadação de receitas e de efectuação de despesa.

A impossibilidade de transferir despesa de um lado para o outro é a razão pela qual os orçamentos executados ficam frequentemente abaixo dos decididos. A criação de mecanismos de flexibilidade é uma proposta que, neste contexto, tem as seguintes vantagens cumulativas:

- Permite aumentar a despesa efectiva;
- Não põe em causa o complexo edifício negociado entre os interesses dos vários Estados Membros;
- Permite olhar para objectivos que por enquanto são imprevisíveis.

Foi por isso que apontei todos os esforços para que o acordo fosse feito através dos chamados mecanismos de flexibilidade, lógica que ficou consagrada, por minha proposta, no ponto 5 da posição do Parlamento.

Estou confiante que, na base da Resolução do Parlamento se conseguirá chegar a um "Acordo Interinstitucional" (AI) que salvguarde os nossos interesses.

*Membro da Comissão do Controlo Orçamental

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elisa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais; Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Controlo Orçamental

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal

Tel. 213 822 000 **Fax.** 213 822 037 **Email** ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

CABO VERDE NA POLÍTICA DE VIZINHANÇA

Cabo Verde pode vir a beneficiar de programas específicos no âmbito da "Política Europeia de Vizinhança". Esta possibilidade tornou-se real devido a uma iniciativa de deputados portugueses, articulada da parte do PS por Ana Gomes, que apresentaram na sessão plenária de Estrasburgo algumas alterações ao relatório sobre aquela nova área estratégica de acção da União Europeia. "O anel de segurança da Europa que a nova Política de Vizinhança visa construir apresentaria uma brecha no flanco Sudoeste se Cabo Verde, não obstante as fortes ligações que mantém à Europa, não fosse também beneficiário desse instrumento", afirmou a deputada.

REUNIÕES COM ESPECIALISTAS EM PIROTECNIA

O deputado Joel Hasse Ferreira vai efectuar ao longo das próximas semanas um conjunto diverso de reuniões com as principais associações especialistas e interessadas no sector da pirotecnia. Estes encontros destinam-se à concepção da nova Directiva sobre a venda de artigos de pirotecnia. Enquanto relator da Comissão do Mercado Interno para esta área, o deputado irá debater as inovações previstas na referido diploma, que apontam para um quadro comum de regras relativas à segurança, à rotulagem e comercialização de fogos de artifício e de outros produtos pirotécnicos utilizados na indústria e em outros sectores de actividade. O mercado destes produtos representa actualmente na União Europeia qualquer coisa como 6.900 milhões de euros anuais.

AÇORES SEM AUXÍLIOS DE ESTADO

"Foi com grande surpresa que constatei que a decisão da Comissão teve em conta o carácter ultraperiférico de algumas regiões, mas não de outras como os Açores. Mais surpreendido fiquei ao constatar que, nem no seu comunicado de imprensa, nem em qualquer dos longuíssimos textos publicados foi dada qualquer explicação para tão extraordinária decisão", afirma o deputado Paulo Casaca numa pergunta escrita dirigida à Comissão sobre a decisão relativa às condições em que poderão ser concedidos auxílios de Estado com finalidade regional no período 2007-2013. O deputado exige, por isso, que a Comissão dê conta dos estudos comparativos relativos à situação das várias regiões que estiveram na base da sua decisão e que explique qual a importância que deu aos factores distância, dispersão e dimensão das Regiões Ultraperiféricas para esta sua tomada de decisão.

PE DEFINE PRIORIDADES

A política de informação, o apoio à consolidação do recente e próximo alargamento da União à Bulgária e à Roménia, bem como a melhoria das condições oferecidas aos visitantes e dos meios de assistência aos deputados, foram algumas das prioridades estabelecidas pela Mesa do Parlamento Europeu para a sua actividade em 2007. Segundo Manuel dos Santos, vice-presidente do PE responsável pelo pelouro da execução orçamental interna, será construído um grande centro destinado aos cidadãos que visitam o Parlamento e, por outro lado, serão criadas as condições para a rápida integração dos novos Estados-membros. O deputado defendeu também a criação de um canal de televisão por internet, em todas as línguas oficiais da União, dedicado ao acompanhamento dos trabalhos parlamentares.

ASSEMBLEIA EURO-MEDITERRÂNEA NA AR

A Comissão de Assuntos Económicos, Financeiros, Sociais e de Educação da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica reuniu-se no passado dia 30 na Assembleia da República, na sequência de uma sugestão da deputada Jamila Madeira, após um convite formulado pelo Presidente do Parlamento, Jaime Gama. No encontro foram analisadas algumas questões chave da actualidade relativas à cooperação Norte-Sul, como o papel da estabilidade social e a importância dos direitos sociais e da educação no desenvolvimento económico e o impacto da criação de uma zona de livre-troca euro-mediterrânica, no seguimento dos resultados da última cimeira da Organização Mundial do Comércio.

CELEBRAÇÕES DO 20º ANIVERSÁRIO DA ADESAO

O Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu vai assinalar o 20º aniversário da adesão do nosso país às Comunidades Europeias com um conjunto diversificado de iniciativas que se vão prolongar até 9 de Maio, Dia da Europa. As celebrações constam essencialmente de diversos programas que serão divulgados por vários canais de televisão, mas haverá também seminários, exposições e o lançamento de um livro. Nos sítios Internet www.parleurop.pt e www.europarl.eu.int é possível aceder a uma galeria completa de retratos e informações sobre os antigos e actuais deputados europeus portugueses.

DEPUTADOS QUEREM SECA E INCÊNDIOS INCLUÍDOS NO FUNDO DE SOLIDARIEDADE

A seca e os incêndios têm de passar a ser considerados catástrofes naturais, de forma a poderem ser incluídos no Fundo de Solidariedade, defendeu a delegação de deputados do Parlamento Europeu que nos passados dias 12 e 13 de Janeiro visitou algumas zonas afectadas nos concelhos de Serpa, Mértola e Pampilhosa da Serra.

"Existe um consenso nesta delegação que, acredito, será partilhado pelo Parlamento Europeu para a necessidade de incluir a seca e



Os 16 eurodeputados estiveram em Mértola e Serpa

os incêndios como catástrofes naturais", disse Galeote Quecedo, presidente da delegação de 16 deputados do Parlamento Europeu, que incluiu os socialistas portugueses Capoulas Santos, Edite Estrela, respectivamente relatores de pareceres para as comissões de Agricultura e Ambiente, e Jamila Madeira, Paulo Casaca e Emanuel Jardim Fernandes.

Durante a sua visita, os deputados ao Parlamento Europeu avaliaram no terreno as consequências da seca prolongada e dos incêndios que no passado Verão consumiram milhares de hectares de terreno, destruíram casas e bens e fizeram mais de uma dezena de vítimas mortais. A delegação teve oportunidade de se reunir com algumas das pessoas afectadas, com organizações de agricultores e produtores florestais, associações de defesa do ambiente e outros representantes de organismos públicos e privados.

No final dos encontros, Galeote Quecedo, do PPE, disse esperar que o Parlamento Europeu venha "a assumir as suas responsabilidades" quando no próximo mês de Maio votar, em sessão plenária, o relatório final sobre estas visitas, que incluíram também deslocações a Espanha, França e Itália.

Além de esperar que o deputado socialista Capoulas Santos, manifestando a sua convicção de que a necessidade de alterar o Fundo de Solidariedade merecerá o consenso do Parlamento Europeu e a aprovação da Comissão Europeia,

presidida por Durão Barroso e que, por isso mesmo, tem uma "responsabilidade acrescida". "Quem preside à Comissão Europeia tem perfeito conhecimento e consciência dos problemas que agora estamos a avaliar", disse.

Também o ministro da Agricultura, Jaime Silva, que esteve com a delegação em Mértola, pediu ao Parlamento Europeu para ajudar a sensibilizar a Comissão Europeia na alteração do Fundo de Solidariedade. "Contamos com o Parlamento Europeu para que Portugal e os outros Estados-membros sensibilizem a Comissão Europeia para considerar a seca como catástrofe natural no futuro regulamento do Fundo de Solidariedade, e para que ele se torne mais ágil, de forma a poder dar resposta no terreno no prazo de 24 horas", disse o ministro.

Jaime Silva referiu ainda que o próximo Quadro Comunitário de apoio conterá as necessárias medidas estruturais para combater a seca, entre outras coisas através da definição de um plano de desenvolvimento rural que retome o plano nacional de regadios. Na sua deslocação ao distrito de Coimbra os deputados reuniram com o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões.



Edite Estrela chefiou a delegação do PE à Áustria

EDITE ESTRELA CHEFIA DELEGAÇÃO

Entretanto, a deputada Edite Estrela presidiu, no final de Janeiro, a uma visita oficial de dois dias da Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu às principais zonas da Alemanha e da Áustria afectadas pelas inundações do último ano. A deslocação teve lugar no âmbito da preparação do relatório sobre as catástrofes naturais (seca, incêndios e inundações que afectaram vários países da Europa em 2005). Desta delegação fazia também parte o deputado Capoulas Santos, relator da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu para a mesma temática.

APROVADOS RELATÓRIOS SOBRE IGUALDADE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A deputada Edite Estrela viu aprovados por larga maioria na última sessão plenária de Estrasburgo o seu relatório sobre o futuro da Estratégia de Lisboa na perspectiva de género e a proposta de resolução relativa aos resultados da 11ª Conferência da ONU sobre as alterações climáticas, na qual participou em Montreal em representação do Parlamento Europeu.

Ao intervir em plenário no debate do seu relatório, a deputada considerou que "a igualdade de género não foi uma prioridade na execução da Estratégia de Lisboa", o que criticou, na medida em que, "sem a participação activa das mulheres, a Agenda de Lisboa será um fracasso".

Edite Estrela considera inaceitável que em pleno século XXI as mulheres "continuem a sofrer todo o tipo de discriminações no trabalho, na família, na política e na sociedade, e que a conciliação da vida familiar com a vida profissional seja ainda um objectivo não atingido".

Já no que se refere à Resolução sobre as alterações climáticas, a deputada destacou os esforços do Comissário responsável pelo Ambiente, Stavros Dimas, e da anterior presidência britânica

da União Europeia para que se chegasse a um acordo aceitável. "O acordo a que se chegou, apesar de não ter sido o ideal e não obstante os problemas levantados pela administração dos Estados Unidos quanto ao Protocolo de Quioto, acabou por ser melhor do que se chegou a pensar", disse.

Edite Estrela considerou ainda que o Protocolo de Quioto não representa um problema para a economia. Pelo contrário, na sua opinião, "as tecnologias e as energias limpas são a nova economia, com novas oportunidades de negócio e de emprego", sublinhou.

Por outro lado, Edite Estrela foi também designada pela Comissão dos Direitos da Mulher para elaborar um parecer sobre os desafios demográficos que actualmente se colocam à Europa e a solidariedade entre gerações. O trabalho da deputada terá por base o Livro Verde que a Comissão Europeia apresentou sobre o tema em Março do ano passado, propondo várias soluções para fazer face a fenómenos como a diminuição da população activa na União e a redução do número de jovens e de crianças, que se reduzirão em 18 milhões até 2030.